



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**REQUERIMENTO Nº , DE 2025.**

(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o PLP 15/2025, que visa retirar os recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Arcabouço Fiscal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com os artigos 24, III, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vem requerer a realização de Audiência Pública com o fito de debater o PLP 15/2025, de minha autoria, que visa retirar os recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Arcabouço Fiscal.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
2. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social;
3. Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
4. Secretário do Tesouro Nacional;
5. Representante dos estudantes;





6. Deputado estadual Carlos Giannazi;
7. Representante dos Institutos Federais.

### JUSTIFICATIVA

O PNAE é uma política pública essencial para a garantia do direito à alimentação adequada e ao acesso à educação de milhões de estudantes da educação básica, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos em escolas públicas e filantrópicas. Criado em 1955 e regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, o programa tem como objetivo fornecer alimentação saudável e adequada, contribuindo para o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos e para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Apesar de os recursos do PNAE serem transferências obrigatórias e estarem vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entendemos que a inclusão expressa do programa como exceção ao teto de gastos é necessária para evitar interpretações equivocadas que possam comprometer sua execução.

Considerando que o PNAE está diretamente ligado à garantia de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como o direito à alimentação (Art. 6º) e o direito à educação (Art. 208, VII), eventual limitação dos recursos do programa pode comprometer o acesso a esses direitos, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Vale destacar que o PNAE beneficia mais de 40 milhões de estudantes em todo o país, sendo um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Seu impacto social e educacional é inegável, influenciando positivamente o rendimento escolar, a saúde dos alunos e a segurança alimentar de comunidades carentes. Além disso, o programa fortalece a agricultura familiar, uma vez que determina que pelo menos 30% dos recursos sejam utilizados na compra de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP**

produtos da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento sustentável e a economia local.

Diante da relevância do tema e da necessidade de garantir a perpetuidade do PNAE, solicita-se a realização de uma Audiência Pública para debater o PLP 15/2025, a fim de reunir representantes institucionais, especialistas, entidades representativas e a sociedade civil para discutir os impactos da proposta, esclarecer dúvidas e ouvir contribuições que possam subsidiar a tomada de decisões legislativas.

A realização de um debate amplo e democrático é fundamental para assegurar a proteção e a continuidade do PNAE, garantindo que os recursos necessários para sua execução sejam repassados de forma regular e automática, sem riscos de contingenciamento ou restrições fiscais, razão pela qual peço apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, de março de 2025.

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**  
**Deputada Federal - PSOL/SP**

